

# Cabral admite alterar proposta de sistema de governo

Da Sucursal de Brasília

José Luz - 15 Jun. 87

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, admitiu ontem alterar a proposta de sistema de governo em seu substitutivo. Cabral disse que "o país não comporta um sistema presidencialista imperial, como o de hoje, nem um sistema parlamentarista puro" (previsto em seu atual anteprojeto de Constituição). Ele afirmou que vai esperar o resultado das negociações que vêm sendo realizadas pelos líderes da Aliança Democrática para definir a proposta que incluirá em seu substitutivo.



O relator Bernardo Cabral

Bernardo Cabral disse que tem conhecimento de três propostas de sistema de governo, que devem sofrer alterações com a negociação entre os líderes. A primeira, utilizada por ele no atual substitutivo, prevê o parlamentarismo "puro". É de autoria do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização. A segunda está sendo preparada pelos grupos "do consenso", liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), e "moderado", do senador José Richa (PMDB-PR). Prevê o parlamentarismo misto, com a possibilidade da revisão de moção de censura da Câmara dos Deputados pelo Senado. A terceira é "neopresidencialista", de autoria dos deputados baianos Carlos Sant'Anna, líder do governo, e Prisco Viana, ambos do PMDB.

O relator da Sistematização disse que se Carlos Sant'Anna e Prisco Viana não alterarem a essência de sua proposta, ele não a acatará. Segundo Cabral, embora prevendo a figura do primeiro-ministro, o presidente da República continua sendo o chefe do governo e o chefe do Estado, "o que não é aceitável". Para

Cabral, o ideal é que a Câmara possa votar moção de desconfiança ao governo. No projeto de Sant'Anna e de Prisco não pode haver moção de censura ao primeiro-ministro, ao chefe da Casa Civil e aos ministros militares.

O deputado Bernardo Cabral disse que continua contrário à idéia de implantação do parlamentarismo durante o governo do presidente José Sarney. "Dividir o poder agora é uma coisa desagradável. Ao presidente Sarney deve caber o papel de implantar as bases do parlamentarismo, para que seu sucessor tenha uma administração tranquila". Cabral manifestou ainda sua opinião de que o sistema presidencialista é mais sujeito a golpes militares: "Desde 1924 apenas um presidente eleito completou seu mandato, Juscelino Kubitschek".

O deputado Euclides Scalco disse ontem que "lamentava" a pressão do Palácio do Planalto no Congresso constituinte para que seja adotado o sistema presidencialista.

## Sarney concorda com mudança na reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário está empenhado em neutralizar a ação da União Democrática Ruralista (UDR), excluindo da desapropriação a área efetivamente explorada pelo proprietário do imóvel rural. A decisão, anunciada pelo ministro Marcos Freire na última sexta-feira, em cadeia nacional de rádio e televisão, foi qualificada como oportuna pelo presidente José Sarney, em audiência anteontem no Palácio do Planalto.

O ministro, ao informar ontem a posição de Sarney aos diretores do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), disse que no México existe o "direito de reserva" (30% da área desapropriada é destinada ao proprietário do imóvel). A nova orientação busca também evitar maiores gastos com a indenização.

Freire disse ao presidente do Inbra, José Eduardo Raduan, que queras diretrizes normatizadas até o próximo dia 17. Ele pediu que sejam conferidos os cadastros dos imóveis com área superior a mil hectares, e elaborados projetos modelos de reforma agrária.

**Pesquisa** - O Palácio do Planalto divulgou ontem os resultados de uma pesquisa feita em nove capitais, com um universo de 2.204 pessoas, segundo os quais 48% dos entrevistados apoiaram o regime presidencialista, 41% o parlamentarismo e 11% deram respostas variadas. O presidencialismo foi preferido em sete capitais. Em São Paulo, o percentual foi de 45%, contra 40%, a favor do presidencialismo.

**JOC** - Com a presença esperada de 800 participantes, a Juventude Operária Católica (JOC) irá realizar, de 4 a 7 de setembro, no ginásio de esportes Professor Liberato, em Osasco (SP), o 4º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores. Condições de vida, desemprego, ideologia e movimento sindical são alguns dos temas que serão debatidos.

**Lista salarial** - O presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Algir Lorenzon (PMDB), 39, divulgou ontem os salários dos 1.293 servidores da casa. Destes, 39 recebem acima de Cz\$ 100 mil, e o maior salário, de uma procuradora, é de Cz\$ 149.785,52 mil. Um grupo de funcionários queria impedir a publicação, temendo que os melhores remunerados passassem a ser alvos de assaltantes.

**Covas** - O líder do governo na Constituinte, senador Mario Covas, afirmou ontem defender a proposta de uma consulta popular apenas se for para a totalidade da nova Constituição e não apenas para o sistema de governo. Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou também ontem, em Brasília, que a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte representou um "referendo prévio".

**TV** - O Congresso Nacional poderá ter, no futuro, um canal de TV para alcançar todo o território nacional. O deputado Marcelo Cordeiro, 1º secretário da Assembléia Nacional Constituinte, apresentou ontem à Comissão de Sistematização uma emenda autorizando o Congresso a operar uma rede nacional de televisão. A emenda prevê a inclusão dessa autorização nas disposições transitórias da Constituição.